

## **A participação das mulheres nos Sindicatos Rurais: A região Central do Paraná nas décadas de 1980 e 1990**

Marisangela Lins de Almeida<sup>1</sup>  
Ancelmo Schörner<sup>2</sup>

**Resumo:** Objetiva-se neste trabalho apresentar a experiência das mulheres na região central do Paraná, verificando como as ações dessas agricultoras foram sendo construídas ligadas ao sindicato dos trabalhadores rurais de Pitanga, os mecanismos de mobilização do movimento, percebendo assim, seus aspectos organizacionais. Os discursos e os canais de mobilização presentes no contexto são também propósitos de análise. Fundado em 1984, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga torna-se o elemento fundamental de organização política das mulheres trabalhadoras rurais da região. Dentre outras reivindicações, a valorização do trabalho das mulheres no campo adquire destaque nas discussões, essas projetadas no campo político, onde as mulheres começam a atuar e protagonizar, modificando sua inserção na rede de poderes e transformando as relações sociais e de gênero. Pretende-se realizar o trabalho a partir de um diálogo empírico com o material informativo produzido pelo próprio movimento de mulheres: Relatórios, atas, entre outros, além disso, pretende-se articular a informação documental com a memória oral e com as teorias dos Movimentos Sociais Rurais, como: Francisco Carlos Teixeira, Maria Yeda Linhares, Ciro Flamarion Cardoso, Maria Ignez Paulilo, Anita Brumer, entre outros. Neste sentido, procurar-se-á identificar singularidades na atuação das mulheres, procurando congregando elementos de gênero e identidade com a condição de classe social.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais, Mulheres, Sindicatos.

### **As trabalhadoras Rurais: Ação, atuação e poder(es)**

O presente texto visa discutir a participação das mulheres trabalhadoras rurais no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga, região central do Paraná. Trata-se de alguns apontamentos iniciais sobre a problemática, considerando principalmente a inserção das mesmas nos espaços de poder. Espaço por excelência do masculino, até o início da década de 1980 o movimento sindical rural era formado majoritariamente por homens. A presença das mulheres nesses espaços representou um grande desafio. Procurou-se priorizar a construção da luta de mulheres na sua dimensão política, porém os aspectos que compunham o conjunto das lutas que congregava homens e mulheres no campo serão problematizados, já que encontram-se articulados à atuação das mulheres e possuem o sindicato rural como elemento

---

<sup>1</sup> Graduada em História (UNICENTRO), Especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior (UCP), Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: mary\_lins\_18@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em História, Professor do Departamento e do Programa de Pós-graduação em História da UNICENTRO, campus de Irati/PR. Área de atuação: História do Brasil / história e Regiões. E-mail: ancemo.schorner13@gmail.com.

em comum, este que na década de 1980 incorporará em sua pauta diferentes lutas: Reforma Agrária, gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, entre outros.

Município hoje de pequena extensão territorial, na década de 1980, Pitanga era o segundo maior município do Paraná. De forte característica rural, possuía mais de 80% da sua população residindo no campo. Apresentando grande concentração de terras e de renda, acentuada no final dos anos 1970 e início de 1980 com a expansão da produção de soja na região. Nesse contexto, a luta pela democratização do acesso e uso da terra, fixação dos pequenos produtores no campo, em virtude do êxodo rural ocasionado pela modernização da agricultura<sup>3</sup>. Desse modo, há a necessidade de uma organização sindical que agisse na defesa desses trabalhadores (as) rurais da região. Essa caracterização é apresentada aqui enquanto contexto para uma melhor compreensão da relação sindical rural com as questões de gênero, privilegiadas nesse estudo.

Para tal análise, faz-se uso de diferentes documentos, que registram a experiência de homens e mulheres dentro do espaço sindical, tais documentos englobam relatórios de encontros, materiais escritos produzidos pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelo próprio sindicato. O recorte histórico reportar-se-á às décadas de 1980 e 1990, enfatizando a primeira, em virtude da importância dada aqui a organização do sindicato e a incorporação das discussões de gênero em sua agenda de lutas.

As dimensões simbólicas do espaço rural serão aqui consideradas e analisadas, principalmente no que concerne as relações hierárquicas de trabalho e lugares para o masculino e feminino, desvelando a invisibilidade das mulheres dentro do modo de produção camponês. À propósito, os camponeses<sup>4</sup> serão aqui concebidos como diferentes categorias, não somente dizendo respeito ao pequeno proprietário rural, inclui-se nessa conceituação: trabalhadores(as) sem terras, posseiros(as), meeiros(as), assalariados(as), pensando essa

---

<sup>3</sup>A relação entre a modernização e o êxodo rural é pensada aqui a partir das concepções de Shörner(2000, p. 68), para o qual o campo paranaense desde meados da década de 1970, tem sido caracterizado por dois fatores: “modernização” e “migração”. Assim, a mecanização da agricultura irá alterar as relações de trabalho no meio rural.

<sup>4</sup>Bastante polêmico, a expressão camponês foi estudada por diversos autores. Para Carrara (2009, p. 27) a palavra “camponês” sempre se revestiu de um pretense sentido técnico e foi fortemente influenciado pelo debate político no século XX, por isso, os que nessa categoria se enquadram se autodefinem usando outros termos como “agricultor(a)”, “trabalhador(a) rural” ou ainda “lavrador(a)”. Sua concepção vai de encontro a definição de Ciro Flamarion Cardoso(1979, p. 51), para qual os elementos fundamentais de definição do caráter de “camponês” diz respeito a três pressupostos básicos: a autonomia da gestão da unidade produtiva, que diz respeito ao domínio sobre os meios de produção indispensáveis ao processo de produção, e não necessariamente a existência da propriedade privada da terra; trabalho essencialmente familiar, não exclusivamente, na unidade de produção; economia de subsistência fundamental, mas não exclusiva. A esses itens Carrara (2009, p. 40) acrescenta o modo material de produção de baixo nível técnico, ou seja, o baixo nível tecnológico na produção.

categoria enquanto construção política, definida a partir da necessidade dos trabalhadores(as) imporem-se no meio político, através de mobilização e organização.

Assim, a interpretação aqui vai de encontro à concepção de Grynszpan (2005, p. 73) problematizada no dicionário da terra. Havendo a compreensão de que a categoria “camponês” se assenta em três pressupostos básicos: aquele que tem acesso a uma parcela de terra para produzir; trabalho essencialmente feito utilizando a força de trabalho familiar; unidade camponesa de produção e de consumo. Assim, indivíduos que não vivam exclusivamente da terra e não possuem propriedade privada da mesma, que no caso analisado são maioria, ajustam-se na categoria camponês. Entende-se que a expressão é extremamente complexa, que define-se e redefine-se diante da realidade social. Assim, cabe ressaltar: As mulheres, aqui apresentadas como trabalhadoras rurais, não congrega unicamente o grupo ligado à pequena propriedade, trabalhadoras sem terras estão inseridas nessa categoria. As lutas pela terra e por direitos as ligaram num mesmo espaço material e simbólico (BOURDIEU, 2000).

O iniciar o estudo sobre as trabalhadoras rurais no município de Pitanga, há a constatação uma grande quantidade de documentos em que a profissão das mulheres trabalhadoras rurais é apresentada como “do lar”, desconsiderando, assim, as inúmeras atividades desenvolvidas pelas mulheres nas pequenas propriedades rurais, renegando seu trabalho ao caráter de improdutivo. Assim, a categoria trabalho faz parte de um amplo processo de visibilidade e valorização das mulheres trabalhadoras rurais. Simbolicamente e materialmente a mudança conceitual para “produtoras rurais” representou uma grande conquista para as mulheres rurais<sup>5</sup>.

Para Tedeschi (2012, p. 295) poucos estudos pensam a agricultura que envolve o trabalho familiar em sua função social, não refletindo sobre as relações sociais e de poder que perpassam esse trabalho. Assim, ainda predomina a crença de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo e as mulheres pelo reprodutivo, agindo no sentido de reproduzir e perpetuar os papéis sociais.

---

<sup>5</sup> A articulação e organização das mulheres ocorrem através de duas frentes: uma ligada ao ingresso das mulheres em movimentos sociais rurais, por intermédio dos sindicatos e/ou MST e outra através da criação de movimentos autônomos. Paulilo (2009, p.181) chama atenção para a importância dos movimentos autônomos de mulheres rurais, para ela a valorização do trabalho das mulheres no campo foi intensificada com o seu surgimento, no início da década de 1980. Para ela, no meio rural, a influência da ala progressista da igreja católica foi decisiva para a participação feminina nos grupos, pois a igreja, na sua concepção, é um dos poucos lugares que as mulheres são estimuladas a frequentar, porém, em virtude da postura patriarcal e de uma moral conservadora, principalmente no que concerne à questão de contraceptivos e comportamento sexual.

Ainda que estatísticas oficiais sigam ignorando o trabalho produtivo realizado pelas mulheres, considerando-o complementar e acessório, os estudos etnográficos têm mostrado como elas desenvolvem suas atividades produtivas em várias esferas da agricultura familiar, sejam no arado, na plantação, no leite, na coleta, pesca e principalmente, percebendo a casa como unidade doméstica que, ao incluir o quintal e a criação de animais, constitui um espaço produtivo e gerador de renda familiar (TEDESCHI, 2012, p. 296)

A valoração dada aos trabalhos no espaço rural contribui, ainda hoje, para a invisibilidade da mulher no campo, pois considerando-se seu trabalho como não produtivo ele passa a ser desvalorizado, assim, permanecendo a divisão sexual do trabalho e a hierarquização presente nele. Obviamente, a mudança na definição para trabalhadoras rurais representou um grande avanço, mas ainda verifica-se a hierarquização do trabalho dos homens sobre o das mulheres. Para Tedeschi (2012, p. 296) “a divisão sexual do trabalho está, também, relacionada com a representação (CHARTIER, 2002)<sup>6</sup> social do ser mulher e do ser homem nessa sociedade. Em última instância o valor social do trabalho é dado a partir de quem executa e não pela natureza do trabalho em si”. A superação da ideia do trabalho da mulher do campo como “ajuda” ou complemento é extremamente importante para a superação das desigualdades de gênero no meio rural.

Nesse sentido, as discussões aqui realizadas serão pensadas a partir de concepções que consideram o gênero<sup>7</sup> e suas implicações no espaço rural, verificando as relações de poder e o imaginário presente nas relações sociais entre homens e mulheres, percebendo as diferenças entre os sexos como socialmente construídas, desnaturalizando a divisão social de funções e papéis sociais presentes no campo. Assim, a participação das mulheres no movimento sindical rural, sua fala, suas práticas são colocadas no campo do simbólico, pois representam uma resistência às representações impostas aos sexos.

---

<sup>6</sup>Representação entendida segundo os pressupostos de Chartier (2002, pp. 76-77), onde a representação pode manifestar uma ausência ou exibição de uma presença. No primeiro caso, ela revela o que está ausente, substituindo-o por uma ‘imagem’. A representação desviada pode apresentar indício seguros de algo que não existe, ou seja, fazer existir somente na imagem que é exibida, ele chama atenção para essa representação desviada, que transforma-se num instrumento de fabricação respeito e submissão, que produz uma imposição interiorizada na ausência da violência física. Há uma luta de representações pela própria definição do mundo social. A superação, na concepção de Chartier (1991, p. 183) exige a consideração dos esquemas geradores de classificação e de percepção como verdadeiras “instituições sociais”. As divisões da organização social seriam representações coletivas incorporadas.

<sup>7</sup> Segundo Soihet (2011, p. 266) o termo gênero, desde a década de 1970, tem sido usado para teorizar a questão da diferença sexual. Utilizado inicialmente pelas feministas americanas para ressaltar a ideia de construção social da diferença entre os sexos. Implica assim, numa desnaturalização do determinismo biológico, este diretamente ligado à ideia do sexo. Assim, age no sentido de rejeitar a oposição binária entre homens e mulheres, desconstruindo a ideia de papéis sociais, colocando o debate no campo das construções ideológicas sobre masculinidade e feminilidade.

Procura-se dar visibilidade ao movimento de contraposição ao poder institucional, trazendo para o campo da pesquisa historiográfica o poder exercido pelas mulheres. Busca-se trazer a tona as práticas e as táticas de resistências desenvolvidas pelas mulheres do campo. Assim, esse estudo age no sentido de desconstruir e desmitificar a representação de submissão e docilidade das mulheres, mostrando as atitudes de resistência das mesmas, resistências essas desenvolvidas tanto no campo do político, incluindo a organização sindical como principal elemento, ou até mesmo no cotidiano. Assim, o intuito principal é colocá-las no campo da ação e pensar esta ação transpassada por relações de poderes<sup>8</sup>, principalmente a partir de seu adentramento nos “espaços dos homens”. O conceito de poder aqui com base no referencial analítico de Perrot(1988) e Foucault(1999), que permite uma análise das relações entre homens e mulheres na esfera dos micros espaços.

### **A prática sindical e os discursos legitimadores**

Fundado nos anos finais da ditadura militar brasileira, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga viria a complementar as lutas sociais no campo em todo o território nacional. Para Brumer (2009, p. 34) a grande maioria das lutas registradas no país a partir de 1978 apresenta a situação socioeconômica dos trabalhadores envolvidos como causa imediata. Para ela existem estudos específicos sobre quase todas essas lutas, porém, a maior parte desses estudos referem-se aos movimentos urbanos, sendo escassos os estudos mais teóricos sobre os movimentos sociais rurais.

A principal contribuição desse estudo, apesar de trabalhar com uma esfera micro, porém ligada a um conjunto de lutas sociais no campo, advém do fato de conferir visibilidade a atuação de trabalhadores e trabalhadoras rurais na região central do Paraná, analisando o conflito entre diferentes grupos de interesses, que apesar do elemento aglutinador de classe teve sua luta transpassada pelas questões de gênero.

Ao refletir sobre a natureza da luta na referida região, é possível aponta-la como resultado do descontentamento dos trabalhadores rurais da região com as questões

---

<sup>8</sup> As relações das mulheres com o poder e suas representações são analisadas por Perrot (1988, pp. 167-168) buscando reavaliar o poder das mulheres, superar o discurso de opressão e submissão, repensar o ponto de vista da dominação analisando a complexidade de seus papéis através da relação destas com o poder, relação esta inscrita num primeiro momento no jogo das palavras, onde além de ‘poder’ pode-se também pensar em ‘poderes’, pois no singular possui uma conotação política e designa basicamente a figura do estado, que se supõe masculina, já no plural, pensando-o em fragmentos múltiplos, em um poder periférico e difuso, as mulheres possuem sua parcela, verifica-se, portanto, a existência de ‘poderes’: “Se elas não tem o poder, as mulheres tem, diz-se, poderes”. Rejeitando, portanto, a tese de que as mulheres são universalmente dominadas pelo poder masculino.

relacionadas à terra como: obtenção de terras e direitos sócias, êxodo rural, preço dos produtos agrícolas, entre outros. Assim, o sindicato rural representará um elemento de organização desses camponeses, reconhecido e discursivamente apresentado como “única ferramenta de defesa ao trabalhador rural”<sup>9</sup>. Desde as primeiras discussões em 1981, onde iniciam-se os primeiros estudos sobre o sindicalismo e a importância da organização a Igreja católica, através da ideologia da Teologia da libertação, está presente, disponibilizando seus canais de mobilização e, inclusive fornecendo apoio financeiro.

Em projeto do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga enviado ao CERIS<sup>10</sup> (Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais) - órgão oficial da igreja católica que possuía como um dos objetivos dar suporte as experiências populares e aos movimentos sociais- denominados como “Companheiros de luta da CERIS”, há o indicativo de enormes dificuldades financeiras e pedido de ajuda para financiamento do trabalho sindical, principalmente com combustível para reuniões nas comunidades rurais. Entre as principais dificuldades apresentadas ao CERIS, encontra-se a “continuação e ampliação desse trabalho de base nas comunidades, esta ampliação é muito necessária porque a cada dia que passa crescem os problemas e surgem mais necessidades da classe se organizar”. Assim, o contato das lideranças, membros da diretoria junto ao trabalhador torna-se o principal elemento para o despertar de uma consciência de classe.

Bourdieu (2000, p, 139), ao pensar a problemática da classe social afirma que os agentes são dotados de ação própria, porém, em nome de uma definição teórica de classe, destinam aos seus membros, os porta-vozes, os fins mais conformes aos seus interesses. A crença na autoridade de seus porta-vozes é o que leva a crença na existência de uma classe. Assim, a classe passa a existir na medida em que alguém dotado de representação é autorizado a falar em nome dela. Bourdieu (2000, p. 158) chama de “*mistério do ministério*”, isto ocorre quando “uma coisa ou pessoa se torna uma coisa diferente daquilo que ela é [...] que pode identificar-se ou ser identificado como um conjunto de homens, o povo, os trabalhadores, etc.”. Os agentes desapossam-se para constituírem-se em grupo para que possam existir no campo político. Escondendo-se o sujeito para que a classe mobilizada possa aparecer.

---

<sup>9</sup> Pedido de ajuda ao CERIS- Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais, 01 de novembro de 1984, p. 1, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

<sup>10</sup> Pedido de ajuda ao CERIS- Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais, 01 de novembro de 1984, p. 1, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

É perceptível e lógico que o processo de organização implicaria no forjar de uma consciência de classe, para esse despertar para união e organização o trabalho de base deveria ser intensificado, este dificultoso, na medida em que o trabalho deveria abranger 192 comunidades rurais, distantes umas das outras, há de se considerar também a grande extensão territorial do município na década de 1980. Assim o discurso de construção de um sindicalismo que nascesse na base era transpassado por discursos ideológicos institucionalizados legitimadores da prática sindical e da atuação desses trabalhadores(as) rurais. Havia necessidade de ancorar a prática num discurso religioso aplicável a realidade do campo e vivenciada cotidianamente pelos indivíduos.

Reunimos um grupo de trabalhadores e começamos a discutir nossos direitos e trocar experiências com o grupo do Cecoma<sup>11</sup> ao lado da CPT, começamos também um trabalho em nossa paróquia São Pedro, de Nova Tebas com o apoio do padre Antonio Roller. Começamos a discutir nos grupos de círculos bíblicos e assim fizemos o início da divulgação na paróquia e visitamos também outras comunidades no município<sup>12</sup>

Com uma forte relação com a teologia da libertação<sup>13</sup> e Influenciado ideologicamente e materialmente pela Comissão Pastoral da Terra, os círculos bíblicos propiciava amplas discussões sobre as experiências e os direitos dos trabalhadores rurais. Segundo Santos (2013, p. 24) caracterizavam-se como “reuniões em que os fiéis encontravam-se para rezar, celebrar a palavra e discutir situações do cotidiano. Geralmente são realizadas nas casas das famílias ou nas capelas”.

Corso (2013, p. 89) ao analisar a utilização da bíblia como embasamento para a luta pela terra, observa que a bíblia era lida não apenas como forma de oração, mas relacionada a realidade do trabalhador, assim, havendo uma leitura comunitária e interpretação democratizada. Assim, a passa a ser representada identificada com o povo e não com a

---

<sup>11</sup> Centro Comunitário de manutenção.

<sup>12</sup> Pedido de ajuda ao CERIS- Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais, 01 de novembro de 1984, p. 1, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

<sup>13</sup> Uma interessante discussão é encontrada em Valério(2013, p. 147), para o qual a Teologia da libertação se autodefiniu e é geralmente compreendida como um amplo movimento social, originado na base, que defende uma igreja popular, voltada aos pobres e oprimidos, de caráter periférico e progressista, distante do conservadorismo hierárquico institucional da igreja católica. Originária na América Latina. Para ele, a representação construída negligencia o caráter de movimento intelectual da teologia, já que o caráter teórico dos textos produzidos por intelectuais estavam atrelados a alta hierarquia da igreja, que estimulou uma produção crítica inovadora. Na sua concepção, uma teoria dos de baixo, deveria ter suas origens nos de baixo e não em uma elite intelectual religiosa. Estaria, realmente, a teologia da libertação ligada ao povo, aos segmentos populares? Abordar o tema significa desconstruir cuidadosamente alguns discursos.

hierarquia, para ele, isso foi conflituoso com o tradicionalismo da igreja, mas isso não implicou num rompimento entre a ala progressista e a conservadora.

Assim, a igreja católica, não como um todo coeso, mas a partir de sua ala mais progressista representará o cerne das discussões e inculcações da consciência de classe e em menor medida nas discussões de gênero. A igreja católica com seu discurso institucionalizado acaba por legitimar as ações desses trabalhadores (as), encontrando na bíblia uma justificativa religiosa para uma prática política. Para Corso (2012, p. 16) “Trata-se de uma instituição inserida na história e, por isso, é portadora de uma historicidade e de um discurso localizado e datado. Modifica, adapta, incultura, inova seu discurso, conforme a época em que está inserida”.

Após a data de fundação para cá já visitamos 64 comunidades, sentindo nessas visitas todos os problemas da classe trabalhadora: Como falta de assistência médica, falta de preços, poceiros sendo expulsos de suas posses, crianças e mulheres marginalizadas nas fazendas, falta de conhecimento dos direitos humanos, etc<sup>14</sup>.

A partir dessas informações, dois pressupostos precisam ser considerados: As condições sociais dos trabalhadores rurais e a predominância das questões de classe sobre as de gênero. Concordamos com Paulilo (2004) para a qual a criação de identidades coletivas é importante para que um grupo leve avante ações conjuntas, mas a abertura para dialogar com grupos que constroem de outra forma sua identidade permite a existência de sociedades mais democráticas.

Ao problematizar a organização e a participação de mulheres agricultoras no espaço sindical é necessário pensar essa relação a partir da influência discursiva da CPT, na década de 1980 a Comissão Pastoral da Terra constituir-se-á num espaço de discussão, reflexão que culminará na organização dessas trabalhadoras.

Segundo Esmeraldo (2013, p. 241), no final da década de 1970 e durante a década de 1980 as manifestações organizadas por trabalhadores rurais e operários aliam-se aos setores progressistas da Igreja Católica, academia, partidos de esquerda, entre outros, em prol da restauração da democracia, de direitos políticos e sociais. Suas lutas e ações políticas

---

<sup>14</sup> Pedido de ajuda ao CERIS- Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais, 01 de novembro de 1984, p. 1, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

favorecem a criação da Comissão Pastoral da Terra, do Partido dos Trabalhadores, da Central Única de trabalhadores e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Nesses campos políticos, as forças sociais femininas buscam organizar-se para ter participação na formação política e lutar por direitos trabalhistas. Nesses espaços são potencializadas possibilidades de visibilização da necessidade do reconhecimento da força política e produtiva da mulher

Além das ações pastorais junto aos trabalhadores(as) rurais que desencadeia a organização destes, através dos sindicatos, a formação política ocorre também através da Central Única de Trabalhadores. Nesses espaços que as mulheres iniciam suas atividades na década de 1980, reivindicando lugares de participação no campo do político. Assim, as relações de gênero no meio rural começam a se transformar, lentamente.

Inicialmente sua participação no sindicato rural era motivada pelas questões referentes a classe dos trabalhadores rurais, ou seja, suas reivindicações integrava um conjunto de lutas dos trabalhadores(as) rurais enquanto classe social. Paulilo (2004, p. 239) ao analisar três tipos de movimentos de mulheres rurais: movimentos autônomos, movimento sindical e movimento de mulheres ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), nos três estados do Sul do Brasil: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, conclui que os sindicatos e o MST enfatizam as questões de classe, em detrimento das questões de gênero. Embora, aparentemente juntas no discurso sindical as questões de classe e de gênero não há uma articulação entre esses dois elementos, não juntando-se facilmente. Para Paulilo (2004, p. 239)

Nos movimentos que colocam a luta de classes em primeiro lugar, o modelo de participação política é machista. O discurso da igualdade de gênero é consenso, mas não se discute quão desigual é essa igualdade, na medida em que se cobra das mulheres um comportamento masculino e elas acabam por incorporá-lo, sentindo-se culpadas quando não conseguem segui-lo à risca

Assim, a “luta”, é entendida no singular, uma luta: a luta de classes; é ela que é priorizada. Esmeraldo (2013, pp. 245-246) ao analisar a luta das mulheres para a participação em movimentos sociais rurais diz que há toda uma lógica que orienta o trabalho na agricultura como prática masculina, desde práticas sociais, meios jurídicos, organização da produção, entre outros, representam o ofício como masculino. Para ela a prática e o discurso político do sindicato não é diferente

A entidade apoia-se na reprodução e defesa do gênero masculino como representação da categoria profissional de trabalhador rural. Cria para ele as condições para acumular capital político e social. As regras e o jogo político são determinados para manter o masculino na posição de representante legítimo da classe trabalhadora rural. O discurso que orienta a luta de classes é de caráter econômico e unificador e diferenças (...)

Historicamente constituída, essa representação no sindicato rural enquanto espaço do masculino (já que é o campo do político) legitima e organiza o papel dos homens em seu interior. Espaço do masculino, o sindicato rural do município de Pitanga, será, desde o início de sua fundação (1984) hostil a participação das mulheres. Em ata de 23 de janeiro de 1985, após longa explanação sobre a exploração dos trabalhadores do campo, Reforma Agrária-grande parte dos associados eram trabalhadores sem terra-, baixo preço dos produtos, entre outros, cogita-se a inclusão das mulheres dentro do sindicato. É preciso autorização masculina para que elas participem: “Será estudado futuramente a participação da mulher dentro da comunidade e sindicato”<sup>15</sup>. Num espaço majoritariamente masculino, a participação das mulheres precisa ser discutida, problematizada, efeitos e consequências precisam ser analisados. Trata-se, portanto, de uma participação autorizada.

Além de autorizada a participação das mulheres no sindicato rural pode ser pensada enquanto constructo social. A importância da organização da Comissão das Mulheres Agricultoras no Departamento Rural da CUT é ressaltada

- A conscientização, capacitação e organização das mulheres agricultoras para participar na vida sindical, nos organismos de direção e no processo de transformação da sociedade.
- A conscientização dos homens e das direções sindicais para a necessidade e importância da participação da mulher.

Somado ao discurso religioso de autorização, o discurso cutista, ao longo da segunda metade da década de 1980 ressoa fortemente entre as trabalhadoras rurais, palavras como “participação”, “capacitação” e “organização” das mulheres rurais são presentes no material do departamento rural da CUT<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> Livro de atas: Reuniões nas comunidades do município de Pitanga. Ata de 23 de janeiro de 1985. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

<sup>16</sup> Para Schallenger (2005, p. 433), o sindicalismo adquiriu nova expressão política com a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1979. Assim, na década de 1980, o sindicalismo e sua agenda política influencia diretamente a constituição de 1988 no que diz respeito a garantias sociais. O sindicalismo ofuscado durante a ditadura militar é ressignificado durante a década de 1980.

Como dito anteriormente, inicialmente a participação das mulheres no sindicato era motivada por questões referentes a um conjunto de lutas no meio rural, as questões de classe eram priorizadas. Isso perceptível no I Encontro Municipal de Agricultoras realizada em dezembro de 1987. Na pauta e nas músicas de abertura do evento as desigualdades sociais, valorização dos produtos dos trabalhadores, entre outros problemas que afetavam os trabalhadores rurais de forma geral são os principais elementos.

Agricultora porque está tão triste  
Mas o que foi que aconteceu  
Foi tudo aquilo que produzimos  
Foi tanto trabalho que não valeu

Vem companheira  
Vem por favor  
Não fique triste  
Vamos ter preço melhor  
Tem o campo que te espera  
Teu valor é bem maior

E ainda:

Descrevo também a tristeza que sinto  
Confesso e não minto que choro de dor  
Tristeza de ver humilhado meu homem  
Meus filhos com fome, meu lar sem amor<sup>17</sup>

Organizado pela paróquia a partir dos pressupostos da Comissão Pastoral da Terra, o Encontro refletia sobre os problemas sociais que afetavam as famílias camponesas: baixo preço dos produtos agrícolas (este que foi um dos principais motivos da organização dos trabalhadores rurais do município), exploração da mão de obra do trabalhador rural, principalmente de trabalhadores sem terras, arrendatários e boias-frias (compreendidos nesse texto como camponeses) pelos grandes proprietários, esses que na segunda metade da década de 1980 expandiram a produção da soja na região, acentuando a falta de trabalho e a precarização da mão de obra no campo.

Inicialmente, a participação das mulheres no sindicato e em reuniões de agricultoras refletia os problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais, enquanto identidade coletiva, porém, esses encontros ao serem analisados menos superficialmente, representavam também a afirmação de laços sociais e de solidariedade entre as mulheres. Tornando-se um

---

<sup>17</sup> Cantos de abertura do 1º Encontro de Agricultoras do município de Pitanga, realizado em 12 de dezembro de 1987. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

espaço de fortalecimento da sociabilidade e de amizade entre elas. Sugere-se mesmo que esses encontros através das discussões e trocas de experiências cotidianas<sup>18</sup>, possibilitam o entendimento e a concepção das desigualdades de gênero.

Mesmo que essas experiências não aconteçam espontaneamente, mas a partir do estímulo de organizações cristãs ou iniciativas de políticas públicas, é possível pensá-las enquanto forma de resistência a situação de subordinação vivenciada em relação ao poder masculino, pois seu espaço de atuação é ampliado e as relações de poder remodeladas, ainda que comedidamente. Assim, essa inserção nos espaços de poder político supõe um aprendizado de terminadas práticas. Falar, expor-se em público, o que na presença masculina envergonha, inibe.

Para Esmeraldo (2013, p. 246) a entrada das mulheres no sindicato significa

Criar novas relações de forças não mais restrita às do gênero masculino, assim como de interesse do gênero feminino. Significa tencionar e inscrever reivindicações de interesse do outro, do novo gênero sindical, do gênero feminino. A luta para a sindicalização das mulheres expressa desejos para a conquista de direitos próprios, para se tornarem sujeitos políticos autônomos.

Nesses espaços que as mulheres iniciam um processo de ressignificação do seu trabalho, pensando-o como produtivo, iniciam um debate sobre a sua representação como trabalhadoras, exigindo reconhecimento e inserção em políticas previdenciárias, aposentadoria, licença-maternidade, auxílio doença estão na pauta de discussão dessas trabalhadoras. Desse modo, a sua posição de subordinação é questionada, tornando-se sujeitos sociais políticos. É importante ressaltar que o sindicato, apesar de historicamente constituído como espaço de atuação do masculino, representará na década de 1980 a possibilidade para o reconhecimento formal do trabalho das mulheres rurais. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga acaba por instrumentalizar a consciência de luta e fornecer subsídios para que as mulheres acessem direitos.

---

<sup>18</sup>Para Certeau (1998, p. 37) o cotidiano se compõe de diversas práticas ordinárias, inventivas e não seguem padrões impostos por autoridades políticas e institucionais. Nele há resistências miúdas e quase invisíveis, mulheres, prisioneiros entre outros passam a ter vozes e gestos constituídos. Ele pensa o cotidiano como lugar de invenção, pois pessoas comuns, anônimas e ‘invisíveis’ possuem liberdade para elaborar suas práticas cotidianas, formando microrresistências, opondo-se as estruturas de dominação das instituições e dos poderes das mesmas. Driblam a opressão com táticas sutis e silenciosas. “A meta seria alcançada se as práticas ou ‘maneiras de fazer’ cotidianas cessassem de aparecer como o fundo noturno da atividade social, e se um conjunto de questões teóricas e métodos, de categorias e de pontos de vista, perpassando essa noite, permitisse articulá-la”.

É importante sinalizar para a prescrição cultural do período e o que era entendido por direitos na ótica sindicalista e social da comunidade. Atas referem-se a organização feminina (na ótica masculina), especificamente as reuniões, como um “movimento de mães e esposas trabalhadoras rurais”<sup>19</sup>. É possível perceber que a representação da mulher enquanto mãe e esposa deveriam ser resguardadas. O fato de serem mães e esposas indicava que suas atuações eram percebidas como ações que tencionavam a defesa do lar. Essa concepção autorizava suas ações. Assim, as obrigações familiares e o trabalho doméstico deveriam estar contrabalançados com as reuniões do Movimento, visto como fundamentais na afirmação de sua cidadania. Infere-se que suas ações estavam ancoradas na sua função de mãe e esposa.

Preocupações com a saúde estava entre as prioridades das trabalhadoras. Segundo outro estudo realizado, a prática com ervas medicinais, apesar de ser utilizada anteriormente no seu cotidiano, torna-se um programa institucionalizado no início da década de 1980. Organizado e desenvolvido essencialmente por mulheres, o Programa de Plantas medicinais passa a ser um espaço de discussões sobre as relações de gênero, viabilizando e acentuando a autonomia econômica, política e social das mulheres.

### **Considerações**

Infere-se aqui que, os debates acadêmicos, a influência externa e a pressão das trabalhadoras rurais foram os principais fatores que levaram o sindicato rural a incorporar a perspectiva de gênero em suas discussões. Amparadas ideologicamente por diversos discursos, incluindo a CPT, CUT, MST, as mulheres iniciam sua prática no sindicalismo. Os resultados iniciais da pesquisa apontam que havia a percepção entre elas de que para a concepção de garantia de direitos de classe era preciso garantir novas relações de gênero dentro desta mesma classe.

Na atualidade, é possível visualizar os resultados da atuação política das mulheres nesses espaços de poder, principalmente as modificações ocorridas na previdência rural do país, incluindo as mulheres como beneficiárias. Assim, aposentadoria por idade, salário-maternidade, entre outros, demonstra a evolução do sistema previdenciário no que concerne as mulheres trabalhadoras rurais, importante materialmente e simbolicamente para as mesmas. A atuação política das mulheres nos Sindicatos Rurais representou uma mudança nas perspectivas das relações de poder e implicou diretamente nas questões relacionadas ao

---

<sup>19</sup> Livro de atas: Reuniões nas comunidades do município de Pitanga. Ata de 12 de setembro de 1986. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

trabalho e o reconhecimento deste. Há aqui a concepção de que para haver novas relações de gênero é preciso modificar os espaços de poder, socialmente construídos.

## Referências

BOURDEU, Pierre. Espaço social e gênese das classes. In: **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2000.

BRUMER, Anita. Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no extremo sul do Brasil (1978-88). In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez. (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Agricultura e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

CARRARA, Angelo Alves. Camponês: uma controvérsia conceitual. In: MOTTA, Márcia Menendes, OLINTO, Beatriz Anselmo; OLIVEIRA, Oséias de. (orgs.). **História Agrária: Propriedade e conflito**. Guarapuava: Unicentro, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis: vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: A História entre incertezas e inquietações**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: **Estudos avançados**. Campinas: Unicamp, 11(5), 1991. P. 173-191.

CORSO, João Carlos. A Comissão Pastoral da Terra e o uso de fundamentos bíblicos para uma construção discursiva. In: SOCHODOLAK, Hélio; OLIVEIRA, Oséias de. (orgs.). **Ensino e pesquisa de História: abordagens e metodologias**. Bauru, São Paulo: Editora Canal 6, 2013.

CORSO, João Carlos. **Herdeiros da terra prometida: discursos, práticas e representações da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento dos Sem Terra nas décadas de 1980/1990**. 253 f. Tese (Doutorado em História)- Setor de Ciências humanas, letras e artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Lonilde Servolo de. (orgs.). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

FOUCAULT, MICHEL. **Microfísica do poder**. 14. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GRYNSZPAN, Mario. Campesinato. In: MOTTA, Márcia. (org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PAULILO, Maria Ignez. Movimentos das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero”. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez. (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PAULILO, Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./abr. 2004.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHALLENBERGER, Erneldo. Sindicalismo Rural. In: MOTTA, Márcia. (org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCHÖRNER, Ancelmo. **Paranaenses em Movimento: trajetória e travessias migratórias (1980-2000)**. Guarapuava: Unicentro, 2009.

SOIEHT, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

SANTOS, Leonilso Souza. **Pastoral Rural na diocese de Guarapuava: Quando tecer regiões é uma questão de Munus (1974-1986)**. 2013. 152f. Dissertação (Mestrado em História e Regiões). UNICENTRO, Irati. 2013.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Mulheres e a sociedade agrária: Representações sociais e relações de Gênero. **SAECULUM- Revista de História**, João Pessoa, p. 295-310, jan./jun. 2012.

VALÉRIO, Mairon Escorsi. A Teologia da Libertação e a reinvenção religiosa da América Latina (I). In: BENATTE, Antonio Paulo; CAMPIGOTO, Jose adilçon. **RELIGIÃO e Cultura: Temáticas de história Cultura das religiões**. Guarapuava: Unicentro, 2013.